

Universidades Lusíada

Azevedo, Beatriz Machado Lopes de

Greater Tumen Initiative : regionalismo e política externa chinesa no nordeste asiático

<http://hdl.handle.net/11067/7172>

<https://doi.org/10.34628/ZVEB-5A08>

Metadados

Data de Publicação

2023

Resumo

Este artigo é escrito com o principal objetivo de fazer uma análise do contexto de integração regional do Nordeste Asiático, e de que modo constitui uma ferramenta para o exercício de política externa chinesa na região. Esta análise vai estar centralizada no estudo da Greater Tumen Initiative (GTI), e do predecessor Tumen River Area Development Programme (TRADP), como a única iniciativa de integração regional que engloba a maioria dos países do Nordeste Asiático. A análise da GTI permite que se ...

This article is written with the main objective of analyzing the context of regional integration in Northeast Asia, and how it constitutes a tool for the exercise of Chinese foreign policy in the region. This analysis will focus on studying the Greater Tumen Initiative (GTI), and its predecessor Tumen River Area Development Programme (TRADP), as the only regional integration initiative encompassing most of the countries of Northeast Asia. The analysis of GTI makes it possible to highlight the ma...

Palavras Chave

Desenvolvimento económico - Extremo Oriente, Extremo Oriente - Relações económicas externas, Globalização - Extremo Oriente

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCEE] LEE, n. 34 (2023)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-31T14:00:53Z com informação proveniente do Repositório

GREATER TUMEN INITIATIVE:

REGIONALISMO E POLÍTICA EXTERNA CHINESA NO NORDESTE ASIÁTICO

GREATER TUMEN INITIATIVE:

REGIONALISM AND CHINESE FOREIGN POLICY IN NORTHEAST ASIA

Beatriz Machado Lopes de Azevedo

Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Políticas

Orcid: 0009-0008-8717-0913

DOI: <https://doi.org/10.34628/ZVEB-5A08>

Data de submissão / Submission date: 03/07/2023

Data de aprovação / Acceptance date: 30/10/2023

Resumo: Este artigo é escrito com o principal objetivo de fazer uma análise do contexto de integração regional do Nordeste Asiático, e de que modo constitui uma ferramenta para o exercício de política externa chinesa na região. Esta análise vai estar centralizada no estudo da Greater Tumen Initiative (GTI), e do predecessor Tumen River Area Development Programme (TRADP), como a única iniciativa de integração regional que engloba a maioria dos países do Nordeste Asiático. A análise da GTI permite que se evidenciem as principais problemáticas do Regionalismo nesta região e como se manifesta o comportamento económico e político dos países num contexto de integração regional.

No Nordeste Asiático estão presentes países com diferentes sistemas políticos e diferentes níveis de desenvolvimento económico, pelo que a necessidade de ser desenvolvida uma estratégia que promova a cooperação e diálogo antes que se iniciasse um processo de integração regional foi imperativa, para que as diferenças e os conflitos não se sobreponham à vontade de cooperar e desenvolver a região de forma inclusiva. Onde não há desenvolvimento inclusivo, por norma prevalece uma estratégia de poder, pelo que a ausência de cooperação e diálogo, abriu um caminho para que a República Popular da China manobrasse a integração regional no Nordeste Asiático para que em última estância a beneficie.

Palavras-Chave: Globalização; Regionalismo; Integração regional; Geopolítica; Geoeconomia.

Abstract: This article is written with the main objective of analyzing the context of regional integration in Northeast Asia, and how it constitutes a tool for the exercise of Chinese foreign policy in the region. This analysis will focus on studying the Greater Tumen Initiative (GTI), and its predecessor Tumen River Area Development Programme (TRADP), as the only regional integration initiative encompassing most of the countries of Northeast Asia. The analysis of GTI makes it possible to highlight the main problems of Regionalism in this region and how the economic and political behavior of countries manifests itself in a context of regional integration.

In Northeast Asia there are countries with different political systems and different levels of economic development, so the need to develop a strategy that promotes cooperation and dialogue before starting a process of regional integration was imperative in order to the differences and conflicts do not override the will to cooperate and develop the region in an inclusive way. Where

inclusive development do not exist, a power strategy usually prevails, so the absence of cooperation and dialogue opened a path for the People's Republic of China to maneuver regional integration in Northeast Asia for their own benefit;

Keywords: Globalization; Regionalism; Regional integration; Geopolitics; Geoeconomics.

Introdução

As nações e sociedades não são todas iguais ao nível de informação, desenvolvimento e conhecimento e, ao haver pluralidade, as nações manifestam determinados processos de forma diferente. No enquadramento da Globalização e do Regionalismo, as nações ao longo da história tiveram diferentes reações e adaptações a nível temporal e de resposta a estes fenómenos. Relativamente ao contexto do Nordeste Asiático, as decisões estratégicas relativas ao Regionalismo são tomadas já num período pós-Guerra Fria, face a um contexto global em alteração.

Os séculos 19 e 20 refletem um período que envolveu um contexto de competição entre a RPC (República Popular da China), Rússia, Japão, Estados Unidos e Península Coreana no Nordeste Asiático. Após o final da Guerra Fria, o Nordeste Asiático era uma região politicamente instável, pelo que reunia poucas condições propícias para o desenvolvimento de iniciativas de integração regional. No entanto, o fim da Guerra Fria também implicou uma mudança nos padrões da Globalização e Regionalismo, e o contexto global de interdependência económica, foi fazendo com que os países do Nordeste Asiático, e principalmente a RPC participassem em iniciativas de integração regional independentemente da afinidade política e diferenças ideológicas. Ao contrário do que se verifica com a União Europeia, o Regionalismo no Nordeste Asiático surge já num contexto global em que a aceleração da Globalização traz mudanças principalmente no contexto económico global. Há uma tendência no Nordeste Asiático a que ocorra uma integração regional em que se tem em conta em primeiro lugar as vantagens económicas, para posteriormente poderem ter uma vantagem comparativa vital na economia global, pelo que independentemente da afinidade política entre os países, a preocupação com o desenvolvimento económico num novo contexto global é partilhada.

No seguimento da ideia de que o Regionalismo no Nordeste Asiático é desenvolvido em função da aceleração da Globalização, há que ter em consideração que onde os mercados lideram, os Estados tendem a seguir essa liderança, e um dos desafios não só para a região do Nordeste Asiático, foi fortalecer e difundir os benefícios da integração regional, enquanto se desempenha um papel importante e construtivo na liderança económica global (ADB 2008: 2). Uma das principais questões é como a integração e cooperação regional beneficiam e acompanham a projeção económica da região, face ao contexto global.

Tem de haver um sentido de integração regional para integração no contexto global, uma vez que os padrões regionais e globais não são sustentados independentemente. Este contexto, constitui a chave para que posteriormente se desenvolvesse a TRADP (Tumen River Area Development Programme) promovido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). A TRADP, surge como um projeto intergovernamental, em que o principal objetivo foi promover a projeção económica e a melhoria dos padrões de vida dos países participantes, que foram inicialmente a RPC, Rússia, Mongólia, Coreia do Sul e Coreia do Norte (GTI: 2022). É um projeto desenvolvido em que se tem em conta não só as vantagens geográficas e abundância de recursos naturais na região do rio Tumen, mas também a combinação lógica das vantagens comparativas dos países participantes. Por um lado, o Japão (participa não oficialmente e como observador) e a Coreia do Sul tinham vantagens em termos de capital e tecnologia industrial, por outro lado a RPC, Mongólia, Rússia e Coreia do Norte, apresentavam vantagens em termos de recursos naturais e força laboral.

São identificados quatro acontecimentos que levaram a que se desenvolvesse um contexto propício para que se comesse a desenvolver o Regionalismo no Nordeste Asiático com a TRADP: o contexto económico global com um acelerado processo de globalização; necessidade de cooperar face à presença de um rio transfronteiriço que implica a gestão da partilha de benefícios; cumprimento dos objetivos internos da RPC; Crise Financeira Asiática de 1997;

Relativamente à aceleração do processo de Globalização, os países do Nordeste Asiático não quiseram ficar isolados de perspetivas globais, e nesse sentido, objetivam a cooperação e integração regional como forma mais conveniente para que a região seja projetada no contexto económico global utilizando as vantagens comparativas de cada país. O segundo ponto tem a ver com o facto de a região do rio Tumen ser rica em recursos naturais, e como um rio transfronteiriço traz a necessidade que os países cooperem para a gestão de todas as implicações e benefícios que a presença de um rio transfronteiriço traz. De acordo com o estudo de Sadoff e Gray (Sadoff e Gray, 2002: 393), existem quatro tipologias de benefícios que podem ser gerados quando há cooperação ao nível de um rio com fronteira partilhada. A tipologia 1 tem a ver com a melhoria da qualidade da água ou da biodiversidade; O tipo 2 está relacionado à economia direta dos benefícios como por exemplo por meio de barragens hidroelétricas e projetos de irrigação; O tipo 3 tem a ver com os projetos e cooperação conjunta para redução de desastres; O tipo 4, está relacionado com a criação de benefícios além da bacia do rio Tumen, como por exemplo, mercados regionais integrados. De acordo com este estudo, a TRADP se enquadra principalmente no benefício Tipo 4, uma vez que a TRADP, e posteriormente GTI, abriu caminho para o desenvolvimento da integração regional, principalmente a nível económico. Em terceiro lugar, as motivações internas e os objetivos da RPC para a região foram efetivamente o principal motor que fez com que a TRADP fosse

estabelecida. Após a adoção da Política de Portas Abertas por Deng Xiaoping, verificou-se um crescimento da disparidade do nível de desenvolvimento entre as zonas litorais e o interior, o que levou a que se gerasse instabilidade e descontentamento na sociedade chinesa que vivia no interior. No seguimento desta situação, o governo chinês começou a procurar um padrão mais equilibrado de desenvolvimento, e como parte desse processo, criou uma Zona Económica Especial na área do rio Tumen, na província de Jilin. Desta forma, o posterior desenvolvimento da TRADP, foi uma forma de a RPC reajustar satisfatoriamente o grau de desenvolvimento entre as zonas costeiras e o interior. Por último, a Crise Financeira Asiática de 1997, não está na base dos motivos pelos quais a TRADP foi desenvolvida, mas numa fase em que a TRADP já estava em vigência, trouxe um incentivo para a cooperação e integração regional. A Crise Financeira Asiática evidenciou as vulnerabilidades do sistema económico e financeiro desta região, e como as vantagens da cooperação regional podem trazer uma melhor resiliência económica numa situação de crise.

É na conjuntura dos quatro acontecimentos referidos, que se originou um contexto propício para que se desenvolvesse o processo de Integração Regional com TRADP, e posteriormente GTI. A GTI, e o predecessor TRADP, são os únicos modelos que permitem analisar a dinâmica de integração regional do Nordeste Asiático, tendo em consideração uma área do contexto regional mais abrangente onde se pode ter em conta um maior número de países participantes. Neste sentido, o próprio enquadramento do Regionalismo no Nordeste Asiático, é feito tendo em conta o contexto que levou ao desenvolvimento da TRADP e GTI, bem como as características da iniciativa e as variantes que interferem no próprio desenvolvimento.

1. Definições e Enquadramento Teórico

Sendo a TRADP uma iniciativa de integração regional que é estabelecida em função do contexto económico global sob a aceleração do processo de Globalização a partir da década 90, faz com que esteja teoricamente mais enquadrada no contexto do Novo Regionalismo. Enquanto que o Regionalismo clássico que se manifestou em regiões como a Europa e se desenvolveu num contexto em que a ordem global era bipolar, o Novo Regionalismo, é desenvolvido já num contexto de multipolaridade com uma ordem global em mudança, devido principalmente à aceleração do processo de Globalização. Há necessidade de cooperação para enfrentar os novos desafios que a ordem global exige, uma vez que os Estados têm tendência a ter falta de meios e capacidade, para dar resposta a esta mudança considerando apenas a capacidade interna. A TRADP enquadra-se no contexto do Novo Regionalismo, precisamente porque é uma iniciativa que surge com o objetivo de potenciar a região do rio Tumen e do Nordeste Asiático, face ao contexto global com uma ordem económica liberal já estabelecida, e acaba por ser também uma tipologia de Regionalismo

que prioriza a integração para fins de desenvolvimento económico. A forma de integração no caso da TRADP e GTI foi determinada pela economia, laços e acordos comerciais que vão ligando os países participantes no compromisso para o cumprimento de um objetivo comum, que neste caso seria o desenvolvimento e projeção global da região do Nordeste Asiático.

O enquadramento teórico do Regionalismo no Nordeste Asiático, sob a forma da GTI, é a diferença entre Regionalismo aberto e Regionalismo fechado. Esta diferenciação permite referenciar o grau de orientação externa ou interna, dos acordos regionais relativamente a um sistema comercial multilateral. Um dos principais objetivos da GTI é o desenvolvimento económico e a cooperação económica regional entre os países participantes, numa extensão geográfica que está orientada para a região do rio Tumen e onde os países acordam entrar num acordo de integração regional em que uns países operam ao nível de governos centrais e outros operam ao nível de governos locais. Como foi referido, os países decidem cooperar entre si em resposta a um contexto global em mudança, em que uma das preocupações é a proteção e a projeção global, para que a região não fique em desvantagem comparativa. Ou seja, as estratégias e a própria lógica do Regionalismo é estabelecida entre um conjunto de países que está numa limitação geográfica que promove a cooperação e integração regional entre os países participantes, mas não há iniciativa para que se tenha compatibilidade com os países externos, como também há uma tendência para que haja discriminação das economias que estão fora da região, como tentativa de proteção. É com base nestas características, que o Regionalismo no Nordeste Asiático com a GTI é desenvolvido ao nível sub-regional, tendo em conta que o Nordeste Asiático é uma sub-região da Ásia Oriental, com orientação para o Regionalismo Fechado.

Tendo em conta que a GTI é uma iniciativa de integração regional onde participam países com diferentes sistemas políticos e diferentes níveis de desenvolvimento económico, é um desafio adaptar um enquadramento teórico de integração regional, no entanto, há que destacar o facto de ser uma iniciativa de integração regional orientada fortemente para países com economias socialistas. Por norma a integração regional é pré-concebida como um processo que passa pela remoção de barreiras, desenvolvimento de uma zona de comércio livre, união aduaneira, criação de mercado comum e união económica. Etapas que não são completamente adaptáveis a países com economias onde há uma forte intervenção do Estado ou economias socialistas em desenvolvimento. Atendendo ao que foi referido, o autor Kitamura sugere que em certas circunstâncias a integração dever ser conseguida até um limite considerável em que não é necessário haver a remoção de barreiras (Kitamura, 1966: 45). A integração deverá ser vista como uma cooperação onde se estabelecem estratégias comuns, a uma escala suficiente que assegure o cumprimento de objetivos e o desenvolvimento económico. A abordagem de Kitamura é praticamente um espelho do processo da GTI, uma iniciativa quase que orientada na totalidade

pelas pretensões da RPC e por países que não estão dispostos a superar as discrepâncias ideológicas ou a estarem alinhados com uma integração capitalista que tende mais para um aumento de relações multilaterais e interdependência.

2. A TRADP (Tumen River Area Development Programme)

O contexto glubal mudou após a Guerra Fria, tendo sido comum a formação de blocos regionais como resposta à aceleração do processo de Globalização e a consequente alteração do contexto económico global. O sentimento de incerteza resultante juntamente com as motivações de política externa de países em reemergência como a RPC, encorajou a formação de acordos de integração regional no Nordeste Asiático e a que se questionasse como as vantagens da integração regional poderiam ser utilizadas como forma de adaptação ao contexto global em mudança. Neste seguimento, numa conferência científica internacional organizada em Changchun (RPC) no ano 1990 é proposta a ideia de “Triângulo Dourado”, onde seria desenvolvida uma zona de desenvolvimento económico intensivo na junção das fronteiras da Península Coreana, RPC e ainda na altura a União Soviética. Atendendo a esta sugestão, no ano de 1991, em Ulaanbaatar, Mongólia, o PNUD convocou os representantes de cada país que viria a participar e se prontificam em lançar a TRADP como projeto do PNUD.

Quando se oficializou a TRAP foram estabelecidas duas estratégias que serviram como base de todo o desenvolvimento da TRADP. Em primeiro lugar ficou decidido que o PNUD iria alocar 30 mil milhões de dólares para que se desenvolvessem projetos em diversas áreas. Adicionalmente, esquematizaram três subprojectos que tinham o principal objetivo serem Zonas Económicas de Desenvolvimento onde se dinamiza o comércio e impulsiona a economia da região:

- *Tumen River Economic Zone (TREZ)*, foi o sub - projeto que cobriu menos área e inclui Rason Special Economic Zone (antigamente Rajin-Sonbong Economic Special Zone) na Coreia do Norte, Hunchun Border Economic Zone na RPC e Posyet na Rússia;
- *Tumen River Economic Development Area (TREDA)*, que abrange Chongjin na Coreia do Norte, Yanji na provincia de Jilin (RPC) e Vladivostok na Rússia;
- *Northeast Asia Regional Development Area (NEARDA)*, foi o maior projeto que abrange a totalidade da Península Coreana, Mongólia, o extremo oriente da Rússia e três províncias a nordeste da RPC (Heilongjiang, Jilin e Liaoning).



Mapa 1: Greater Tumen Region (GTR) e as três zonas de desenvolvimento; Fonte: Hwang, 2002: 87.

O mapa anterior demonstra num enquadramento regional, de que forma a TRADP esquematizou geograficamente os três subprojectos. Foi uma forma inicialmente de alocar o investimento de forma organizada, destacando as zonas com mais potencial na região do rio Tumen que tragam benefícios mútuos para todos os países participantes e se construa um rápido começo para o crescimento económico. Estas zonas de desenvolvimento não só têm a vantagem de ter portos para a atividade comercial, como combinam a mão-de-obra e recursos minerais dos países participantes

Pré-concebidos os objetivos, o que se verificou nos dados existentes sobre o desempenho da TRADP, é que ao longo dos anos existiram mais fatores que determinaram a TRADP a falhar do que a caminhar para o cumprimento dos seus objetivos.

A tabela seguidamente apresentada discrimina os principais acontecimentos da TRADP ao longo de uma década:

<p>1991</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reunião entre o PNUD e os países participantes, em Pyongyang, onde é proposto o investimento de 30 bilhões de dólares e definidos os principais projetos e objetivos; - É estabelecido o PMC (<i>Programme Management Committee</i>), para estudar e implementar o projeto;
<p>1992</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1ª PMC em Seul, onde é estudada a viabilidade da TRADP e o ADB (Asian Development Bank) é convidado para PMC como observador; - 2ª PMC em Pequim, onde a Rússia decide juntar-se oficialmente à PMC;
<p>1993</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3ª PMC em Pyongyang. Coreia do Norte, RPC e Rússia acordam disponibilizar a área dos seus territórios para que se desenvolva o sub projeto TREZ;
<p>1994</p> <ul style="list-style-type: none"> - 4ª PMC em Moscovo, em que há disponibilização de área para que se desenvolva TREZ;
<p>1995</p> <ul style="list-style-type: none"> - 5ª PMC em Pequim onde são estabelecidos 3 acordos: Coreia do Norte, RPC e Rússia, acordam substituir PMC, e estabelecem o <i>Coordinating Committee</i>, para coordenar TREZ e pedir aconselhamento para investimento; Coreia do Norte, Coreia do Sul, Mongólia, RPC e Rússia, acordam estabelecer <i>Consultive Commission</i> para melhor cooperação sobre a TREZ e promover o comércio, finanças e energia; Coreia do Norte, Coreia do Sul, Mongólia, RPC e Rússia acordam estabelecer o <i>Memorandum of Understanding on Environmental Principles</i>; - 6ª PMC em Nova Iorque, em que os acordos referidos na 5ª PMC são oficialmente assinados;
<p>1996</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1º <i>Coordinating Committee</i> em Pequim. É estabelecido o <i>Tumen River Trust Fund</i> e o <i>Tumen River Secretariat</i> em Pequim; - 2º <i>Coordinating Committee</i> em Pequim e é decidido convidar formalmente o Japão;
<p>1997</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3º <i>Coordinating Committee</i> em Pequim, onde é discutido o setor do Turismo e promoção de investimento. PNUD e Coreia do Sul acordam doar 4.4 milhões de dólares para tecnologia;
<p>1999</p> <ul style="list-style-type: none"> - 4º <i>Coordinating Committee</i> em Ulan Bator, PNUD propõe o desenvolvimento de <i>Tumen Investment Corporation</i>, que não chega a ser oficializada;

Tabela 1: Ordem cronológica dos principais eventos na primeira da década de TRADP.

Fonte: Adaptado de W. Hughes, 2000: 37.

A tabela anterior resume os principais eventos da TRADP ao longo de uma década, onde é possível perceber que se passou uma década inteira com negociações, para estudar a viabilidade dos projetos que já deveriam estar satisfatoriamente pré-concebidos antes do acordo ter sido assinado pelos países participantes.

TREZ, foi dos projetos que mais teve avanço logo nos primeiros anos da TRADP, estando este progresso associado ao facto de ter ocorrido mais intervenção e investimento por parte da RPC. A RPC nos primeiros anos fez um investimento de 1.3 biliões de dólares (Hughes, 2000: 19), para desenvolver melhorias nas estradas que ligam Hunchun à fronteira com a Coreia do Norte, bem como a criação de uma linha de caminho de ferro que liga a cidade de Hunchun a Krakino, na zona de fronteira russa. Para além do referido, ocorreram outros progressos no desenvolvimento da TRADP, sendo de destacar o desenvolvimento de outra linha ferroviária entre Hunchun e Makhilino que foi inaugurada em 2000, bem como o lançamento da *Hunchun Export Processing Zone* e *Hunchun Sino – Russia Trade Zone* entre 2001 e 2002 (Tsuji, 2004: 2 e 3). *Hunchun Export Processing Zone*, é uma das EPZ's da RPC e começou a haver um ajustamento da estratégia industrial, mais flexibilidade nos processos administrativos e logísticos, bem como nas taxas sobre a atividade comercial. *Hunchun Sino – Russia Trade Zone*, constitui a única zona de comércio fronteiriço funcional entre a Rússia e a Jilin (província da RPC da qual faz parte a prefeitura de Hunchun) e foi desenvolvida com o objetivo de aproximar as trocas comerciais entre a Rússia e RPC.

Uma questão que pode ser levantada face ao desenvolvimento satisfatório de TREZ, é que vantagens tem Hunchun para que tenha atraído o investimento da RPC e tenha sido o centro para o desenvolvimento de redes de transporte desde o início da TRADP. Hunchun originalmente foi uma cidade estrategicamente militar, por se localizar numa zona de fronteira com a Coreia do Norte e a Rússia, mas posteriormente à Guerra Fria, e à consequente alteração das motivações internas de países como a RPC, Hunchun passa de cidade estrategicamente militar para uma cidade onde a mão-de-obra chinesa e coreana coexistem, com investimento estrangeiro e transferência de tecnologia do Japão. Devido ao desenvolvimento de infraestrutura, Hunchun tornou-se capaz de facilmente transpor o sistema comercial para zonas próximas da RPC e pouco desenvolvidas, como também devido à sua localização, permite que as trocas comerciais internacionais sejam feitas facilmente, utilizando a cidade portuária de Rason na Coreia do Norte (Lee, 1998: 249). Para além do investimento atribuído em grande parte pela RPC, Hunchun também tem uma certa autonomia para decisões económicas, não tendo de depender totalmente do governo central da RPC (Hwang, 2022:185).



Mapa 2: Posição estratégica de Hunchun e desenvolvimento de redes de transporte.

Fonte: The Washington Post, 2015.

A RPC considerou integrar Hunchun na iniciativa Belt and Road (Reuters: 2017), mas ao mesmo tempo que a localização de Hunchun torna esta cidade um ponto estratégico, também é alvo de tensões principalmente devido à Coreia do Norte. O desenvolvimento do programa militar na Coreia do Norte e o aumento das sanções no contexto internacional, tornaram o desenvolvimento de atividade comercial e cooperação com a Coreia do Norte cada vez mais difícil. Hunchun apresenta bons níveis de desenvolvimento e o investimento estrangeiro é cada vez mais acrescido, mas a nível de redes de transporte e atividade comercial, fica condicionada pela Coreia do Norte.

Com base nos estudos realizados sobre a TRADP, o que se verifica é que em primeiro os países participantes não tiveram um bom nível de diálogo devido às próprias ideologias políticas e a própria versão que cada país tem dos acontecimentos da 2ª Guerra Mundial. Adicionalmente, a Coreia do Norte constituiu um ponto de bloqueio para qualquer progresso ou tentativa de diálogo, situação esta agravada com o desenvolvimento do programa nuclear. Estes fatores levaram a que países menos desenvolvidos na TRADP como a Mongólia, tenham ficado à margem do desenvolvimento regional, para além disso, a RPC para dar continuidade ao cumprimento dos seus objetivos na região, opta por uma estratégia de cooperação ao nível bilateral.

A TRADP é desenvolvida com um conjunto de países que não estão alinhados politicamente entre si, mas que em comum, partilham o objetivo de obter benefícios com a integração regional e que a longo prazo o Nordeste Asiático tenha um elevado grau de desenvolvimento e projeção económica no contexto global. Contraditoriamente, o período em que a TRADP esteve em vigência não correspondeu a estas expectativas. Para além de terem estado quase uma década

em conversações e a testar a viabilidade de projetos, que deveriam ter sido testados na fase preparatória do desenvolvimento da TRADP, os acordos estabelecidos permitiram concluir que os países operam ao nível bilateral em que o ator principal dessas relações é a RPC. Neste caso, o problema é que no quadro da Globalização e do Regionalismo muito dificilmente há progresso e repartição de benefícios balanceada com relações maioritariamente ao nível bilateral.

A TRADP tentou sobre uma base relacional pequena, construir um rápido começo para o crescimento económico, sendo que inicialmente um dos fatores que deveria ter sido pensado, é como vai ser estabelecida a relação e integração de países com assentes discrepâncias políticas e securitariamente desafiantes, como a Coreia do Norte.

3. Greater Tumen Initiative (GTI)

Ao longo do tempo e à medida que a projeção económica da RPC avança, as discrepâncias entre os países no Nordeste Asiático ficam mais assentes. A base para a cooperação numa iniciativa de integração regional, seria em primeiro lugar estabelecer uma estratégia para que países com diferentes sistemas políticos e diferentes níveis de desenvolvimento económico cooperem entre si dentro de uma iniciativa de integração regional. O facto de isto não se ter sucedido, foi o início para o fracasso da TRADP, juntamente com os fatores já referidos.

O desenvolvimento do programa nuclear da Coreia do Norte foi um dos principais fatores que impossibilitou a permanência na TRADP. A Coreia do Norte tem uma economia de comando que gira em torno da ideologia Juche, uma ideologia que coloca ênfase na autoconfiança militar, económica e diplomática, com elementos nacionalistas e de marxismo-leninista. Embora na década de 90 tenham ocorrido um conjunto de fatores que colocaram a Coreia do Norte numa grande recessão económica, o que é facto é que um país regido por uma ideologia que não é a favor do multilateralismo e de qualquer dependência externa, faz com que seja contraditória a participação na TRADP, já que um país que se considera plenamente autossuficiente não verá grande objetivo na integração regional. A recessão económica fez com que a Coreia do Norte visse na TRADP uma forma de obter auxílio para a recuperação económica do país, no entanto a participação da Coreia do Norte fez efetivamente na altura mais sentido, para os outros países da TRADP do que propriamente para a Coreia do Norte. A Coreia do Norte para além dos recursos minerais e força laboral, tem o porto de Rajin com instalações portuárias praticamente livres de gelo durante todo o ano, constituindo para a RPC e para a Rússia, uma forma de reduzir os custos do comércio regional marítimo.

A inércia do cumprimento do aspeto prático dos projetos, falta de diálogo e de cooperação a nível multilateral, disparidades políticas por questões securitárias ao nível de disputas territoriais, e o próprio regime da Coreia do Norte, foi o que influenciou negativamente a viabilidade da TRADP e fez com que houvesse

necessidade de se reformular os objetivos, identificando uma nova estratégia e a oficialização da GTI em 2005.

Em primeiro, foi decidido que o PNUD deixaria de ser a base de suporte financeiro para a iniciativa, e passasse a ser apenas um parceiro de apoio. Esta mudança, trouxe alterações principalmente no suporte financeiro, pois anteriormente tinham uma fonte externa de financiamento fixa, que passou a ser uma fonte de financiamento dependente das contribuições dos países participantes, que são países com diferentes graus de desenvolvimento económico. Em segundo, a configuração geográfica da GTI ficou alterada com a saída da Coreia do Norte, tendo ficado oficialmente a RPC, Coreia do Sul, Mongólia e Rússia. Geograficamente, a ausência da Coreia do Norte foi compensada com a expansão da área geográfica para a Mongólia interior, a extensão do território de Primorsky na Rússia e zonas costeiras da Coreia do Sul. O território de Primorsky é de grande relevância estratégica para a RPC e para a Rússia, na medida em que se tornou possível desenvolver corredores de transporte internacionais. Para além do desenvolvimento de Primorsky melhorar a posição da Rússia no contexto do transporte internacional de mercadorias, também resolve o problema do facto de não haver um estuário no nordeste da RPC que tenha ligação aos principais portos da Rússia (Yang et all, 2021: 1,2,3). Desta forma é possível estabelecer rotas comerciais a partir do Nordeste Asiático até ao continente europeu. Toda a extensão geográfica que ficou definida com a GTI, pode ser observada no seguinte mapa.



Mapa 3: Extensão geográfica de GTI
Fonte: Brod e Vender: 2019.

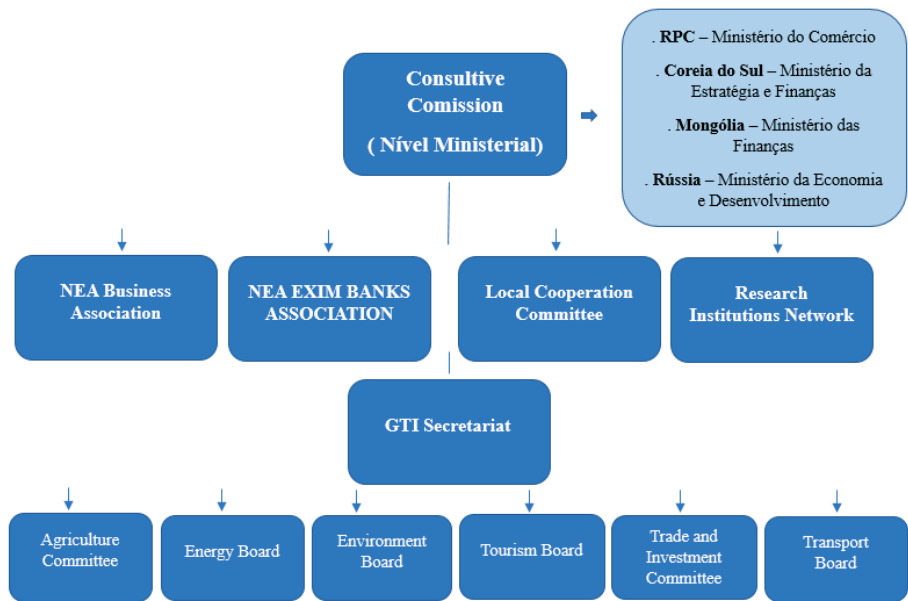
Por último, foi desenvolvido um plano de ação estratégica de dez anos, entre 2005 e 2015, que tinha por base não só a cooperação económica através dos

setores do Transporte e do Comércio e Investimento, que eram os setores em que a TRADP estava mais centralizada, como também o desenvolvimento de projetos e acordos nos setores do Turismo, Agricultura e Energia. Todos os projetos e acordos que estavam em concordância com os setores estabelecidos, estavam oficializados naquilo que chamaram de *GTI Strategic Ation Plan* (UNESCAP: 2017).

Desta vez a GTI surge após a TRADP com uma abordagem diferente, onde o desenvolvimento dos projetos e áreas de investimento estão mais objetivas. Em 2005, os Estados membros chegaram a um consenso para prorrogar os acordos iniciais de cooperação por mais uma década e comprometeram-se a cooperar para promover a prosperidade econômica. No seguimento deste contexto, *GTI Research Institutions Network* (GTI RIN) é desenvolvido como o cérebro e base de confiança de todo o projeto e é composto por quatro instituições líderes de cada respetivo Estado membro (GTI RIN, 2020: 3): RPC, *Association of International Trade* (CAIT); Rússia, *Foreign Trade Academy* (RFTA); Mongólia, *Institute for Strategic Studies* (ISS); Coreia do Sul, *Institute for International Economic Policy* (KIEP).

Esta rede de instituições estabelecida é um grande avanço para a própria estrutura da GTI, uma vez que acaba por ser construído um novo pilar que auxilia na cooperação e diálogo entre os países participantes, bem como torna o Regionalismo no Nordeste Asiático mais institucionalizado.

Com o estabelecimento da GTI, houve também alterações ao nível da estrutura institucional, estando os países participantes mais presentes ao nível ministerial com as instituições agrupadas de forma organizada.

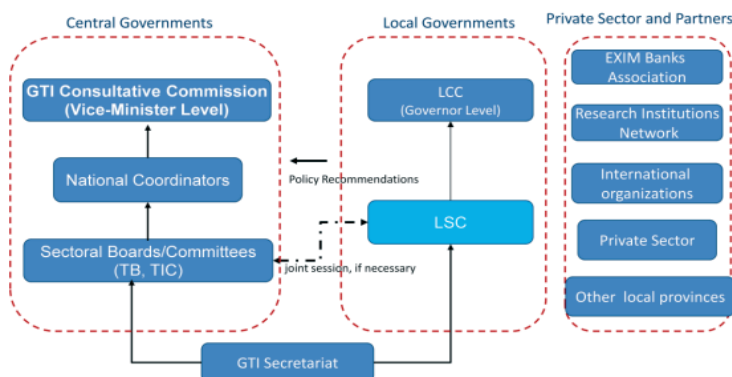


Esquema 1: Estrutura institucional de GTI.
Fonte: Adaptado de GTI:2022

No topo da estrutura está *Consultive Commission* e os respectivos ministérios, sendo onde se coordena o diálogo e cooperação dentro da GTI. Posteriormente estão presentes todas as associações e instituições que intervêm na cooperação e desenvolvimento da GTI. A *NEA Business Association* foi desenvolvida juntamente com o Escritório das Nações Unidas para Parcerias, em 2007, com o objetivo de estabelecer uma plataforma de diálogo permanente entre o setor privado e os governos centrais, de modo a facilitar a cooperação económica e trazer oportunidades de negócios a investidores (GTI:2022).

O *Research Institutions Network*, é como já foi referido, o mecanismo que traz a GTI para o desenvolvimento de projetos e atividades de pesquisa que estudam a viabilidade e oportunidades de desenvolvimento na região, constituindo assim o cérebro da GTI que leva para a frente os projetos e cooperação. *NEA Exim Banks Association* é desenvolvida pelos próprios países membros com o fim de ser criada uma plataforma de financiamento que dê resposta aos projetos de maior dimensão (GTI: 2022). É composta pelo *EXIM Bank of China*, *Development Bank of Mongolia*, *EXIM Bank of Korea* e *Bank of Development and Foreign Economic Affairs of Russia*, estruturando assim uma rede de financiamento flexível para que seja possível a concretização de projetos de maior dimensão nos países participantes.

Por fim, o *Local Cooperation Committee* (LCC) é desenvolvido em 2001, com o objetivo de coordenar o diálogo e relações comerciais entre os governos centrais e locais, tendo em conta não só o espectro dos países participantes na GTI, mas também as relações entre os países participantes na GTI e os países vizinhos no contexto externo ao Nordeste Asiático. A finalidade é mobilizar apoio internacional para iniciativas de cooperação local e promover a troca de informações e conhecimento com os países vizinhos do Nordeste Asiático (GTI: 2022). Ficou também acordado que para além das reuniões designadas *Consultative Commission*, os países participantes e o PNUD iriam também criar *Local Development Forums* (LDF), para que a cooperação entre os governos locais dos diferentes países do Nordeste Asiático fosse fortalecida e a cooperação económica regional facilitada.



Esquema 2: Estrutura da *Local Cooperation Committee*

Fonte: GTI, 2019: 8

A LCC é constituída por doze governos locais entre todos os países participantes, sendo eles: Província de Heilongjiang, Região Autónoma da Mongólia Interior; Província de Jilin e Província de Liaoning da RPC; Prefeitura de Tottori do Japão; Província de Dornod; Província de Khentii, Província de Sukhbaatar e Província de Selenge da Mongólia; Província de Gangwon, Cidade Metropolitana de Busan e a Província Autónoma Especial de Jeju de República da Coreia. De entre os conceitos apresentados no esquema, todos já foram explicados com a exceção de LSC. LSC (*Logistic Sub Committee*) é uma plataforma local, desenvolvida juntamente com LCC, que auxilia no processo logístico de transporte e comércio dentro de GTR (GTI: 2019). Tendo em conta a análise do esquema, a LCC vai implicar todo o espectro da estrutura da GTI, desde as posições que envolvem governos centrais ao investimento privado. Esta dinâmica tem o objetivo que seja feita uma maior inclusão dos governos locais, bem como que haja uma quebra nas barreiras e atrasos de comunicação entre os governos locais e centrais.

O GTI Secretariat foi fundado em Pequim no ano de 1998 (UNESCAP: 2012), no programa inicial TRADP, sendo uma das agências que permaneceu mesmo com o desenvolvimento da GTI. O GTI Secretariat está atualmente sob administração do PNUD em disponibilização de orçamento e Staff (GTI: 2022), não sendo esta disponibilização de orçamento transversal a todo o desenvolvimento de GTI, mas sim apenas ao contexto administrativo de GTI Secretariat. A equipa é formada por membros dos países participantes da GTI e o diretor, atualmente Andrey Smodorin, onde a principal função é a de administração e gestão dos projetos de GTI.

Notoriamente, os países participantes em GTI estruturam GTI de forma que as falhas de TRADP não se perpetuassem, no entanto, este contexto pode não estar alinhado com o que foi conseguido por GTI até à atualidade. Desde 2012 que a GTI publica relatórios que designa de Planos de Ação Estratégica (GTI: 2022), tendo o primeiro sido relativo aos anos entre 2012 e 2015, o segundo entre 2017 e 2020 e o mais recente entre 2021 e 2024. Nos relatórios é transversal estar presente a ideia de que é necessário que se reforce a cooperação, para a obtenção de objetivos comuns e que se crie um ambiente propício para o desenvolvimento da integração económica regional

Um dos problemas que recai na GTI, é o facto de o PNUD ter deixado de ser a principal fonte de financiamento. Tendo em conta que a responsabilidade do financiamento recai sobre os países participantes, o que é facto é que os países que vão investir são os mais desenvolvidos economicamente, e esse investimento, estará alinhado com a sua disposição e se os projetos estão no enquadramento das suas prioridades. É por este motivo, que a GTI acaba por girar em torno da dinâmica chinesa, perpetuando assim a falta de cooperação e a tendência para acordos bilaterais. Adicionalmente, há ausência de desenvolvimento inclusivo, com a Mongólia a ficar continuamente à margem do desenvolvimento regional.

Os dados disponibilizados no relatório oficial da GTI no ano de 2015, relativo à atividade comercial entre os países participantes ao nível das importações e exportações, suporta o que foi referido no parágrafo anterior.

	2000	2010	2011	2012	2013	2014
1	Russia	China	China	China	China	China
2	China	Russia	Russia	Russia	Russia	Russia
3	Japan	Korea	Korea	USA	Korea	Korea
4	Korea	Japan	Japan	Korea	Japan	Japan
5	Germany	USA	USA	Japan	USA	USA
6	USA	Germany	Germany	Germany	Germany	Germany
7	Hong Kong	Singapore	Canada	Belarus	Belarus	Singapore
8	Singapore	France	Singapore	Canada	Singapore	Kazakhstan
9	France	Ukraine	Belarus	Singapore	Kazakhstan	Poland
10	Kazakhstan	Poland	France	Kazakhstan	Poland	Italy

Tabela 2: Ranking parceiros económicos da Mongólia, ao nível das exportações.

Fonte GTI, 2015: 53.

	2000	2010	2011	2012	2013	2014
1	Russia	China	China	China	China	China
2	China	Russia	Russia	Russia	Russia	Russia
3	Japan	Korea	Korea	USA	Korea	Korea
4	Korea	Japan	Japan	Korea	Japan	Japan
5	Germany	USA	USA	Japan	USA	USA
6	USA	Germany	Germany	Germany	Germany	Germany
7	Hong Kong	Singapore	Canada	Belarus	Belarus	Singapore
8	Singapore	France	Singapore	Canada	Singapore	Kazakhstan
9	France	Ukraine	Belarus	Singapore	Kazakhstan	Poland
10	Kazakhstan	Poland	France	Kazakhstan	Poland	Italy

Tabela 3: Ranking parceiros económicos da Mongólia, ao nível das importações;

Fonte: GTI, 2015: 53.

As tabelas apresentadas mostram o ranking dos maiores parceiros comerciais da Mongólia, entre os anos de 2000 e 2014, ao nível das exportações e importações. Tendo em conta as exportações, a RPC ocupa o primeiro lugar em todos os anos e a Rússia entre os primeiros três países. Relativamente às importações, é de salientar que os países de GTR, e que fazem parte de GTI (Coreia do Sul, RPC e Rússia), estiveram ao longo dos anos no topo dos países de origem das importações da Mongólia, significando assim que em GTI a Mongólia importa

mais do que exporta, tendo em consideração os países participantes. No fundo, o grau de desenvolvimento económico da Mongólia não compensa a cooperação e flexibilidade nas relações comerciais, pois a longo prazo, os benefícios não são o que os países visionam para o cumprimento dos seus próprios objetivos internos, fazendo com que este país não esteja integrado na dinâmica comercial regional como os restantes países participantes.

O processo de integração regional, deveria ser acompanhado por um ambiente cooperativo e regulatório, o que não se verifica na GTI. Adicionalmente, as discrepâncias políticas e questões securitárias que ainda existem no Nordeste Asiático como a divisão da Península Coreana e as disputas territoriais, muitas vezes se sobrepõem à vontade de cooperar, fazendo que a RPC tenha espaço de manobra para manipular a interdependência para que em última estância dela beneficie. A junção destes fatores, faz com que até à atualidade o Regionalismo no Nordeste Asiático não tenha uma iniciativa de Integração Regional que inclua todos os países e esteja focada noutras questões regionais que não só a económica, um acordo de comércio livre ou mecanismo de segurança regional, cooperação ao nível multilateral e desenvolvimento inclusivo. Por norma, onde não há desenvolvimento inclusivo há estratégia de poder, sendo este ponto que faz a ligação entre o Regionalismo no Nordeste Asiático com a GTI e o exercício de política externa chinesa nesta região.

4. Política Externa Chinesa no Nordeste Asiático

Praticamente desde a Dinastia Ming que a China não tinha um elevado nível de desenvolvimento interno e não projetava tanto poder, principalmente ao nível económico. Na sessão do Comité Central em Junho de 1978, Deng Xiaoping afirma que “O país nunca voltará ao antigo caminho de isolamento do resto do mundo” (Ríos, 2021: 140), acrescentando no entanto, que não iria haver muita abertura para o Capitalismo e que os princípios na RPC se mantêm de orientação socialista. Em 1979, o governo chinês promoveu deliberadamente o Regionalismo, quando Deng Xiaoping adotou pela primeira vez uma política económica de desenvolvimento prioritário nas regiões costeiras (Hwang, 2002: 21). A RPC começa a ter um sistema económico com duas vertentes: a primeira é aquela que está mais na região litoral – sul, orientada para os investidores estrangeiros e que apresenta internacionalmente; a outra vertente é a faixa rural e regiões com pouco investimento, como as zonas industriais no Nordeste da RPC. A primeira vertente está integrada no mercado global, enquanto que a segunda tem o mercado menos regulado e faz parte de iniciativas de integração regional como a GTI. Posteriormente, em 2001, a RPC junta-se à OMC e dá outro passo para uma maior abertura económica, no sentido em que se eliminaram mais barreiras aduaneiras e houve uma maior presença de capital estrangeiro. No entanto, há que ter em conta que a RPC manteve uma estratégia de adaptação entre o cumprimento das normas da OMC e a proteção da ideologia e interesses nacionais (Ríos, 2021: 172, 208, 209).

O Nordeste Asiático é estrategicamente importante para a RPC, tendo em conta três fatores: em primeiro no Nordeste Asiático estão grandes poderes económicos como a Coreia do Sul, Japão e Rússia, fora a influencia dos Estados Unidos; em segundo, é uma região onde tem países que são parceiros estratégicos para a construção do poder chinês no sentido económico; por último por uma questão histórica, a própria região acompanhou séculos de desenvolvimento da história chinesa e está alinhada com as humilhações dos tratados desiguais e como em muitas vezes perderam território para outros países; Estes três fatores estabelecem um sentido de motivação para que a RPC tenha uma crescente influência e desenvolvimento económico, e estão na base das principais políticas estabelecidas pela RPC na região.

A política externa, normalmente está alinhada com a proteção dos interesses internos e superação de desafios, e tendo isto em consideração, grande parte das políticas da RPC direcionadas ao Nordeste Asiático vão ter como base um dos seus principais objetivos, que é o desenvolvimento e projeção económica. As decisões vão claramente estar alinhadas com os interesses da RPC não só internos como a nível regional. A RPC manobra no Nordeste Asiático utilizando o que o investigador Bo Xu da Universidade de Jinlin, refere como PPI (Paz, Prosperidade e Influência) (ICFRC: 2019). Paz no sentido em que não se quer envolver em conflitos de outros países, com a exceção claramente de Taiwan e as disputas territoriais. A influencia está relacionada com o objetivo de a RPC querer ter poder e voz na arena internacional, e prosperidade, no sentido do cumprimento dos seus objetivos económicos. O conceito de paz claramente não está relacionado com a ausência completa de conflitos que envolvam a RPC no Nordeste Asiático, mas está relacionada com a decisão da RPC, desde o início da década 90, em adotar uma política caracterizada por um conjunto de iniciativas conhecidas como “diplomacia periférica” (周边外交, zhoubian waijiao) (Menegazzi, 2017: 2), no sentido em que a RPC deve estar mais alinhada com a cooperação do que com o confronto. Há consciência na altura que era imperativo o desenvolvimento económico, para que não fique mais uma vez em desvantagem com o contexto económico global, e para isso acontecer, não podia estar com a maioria das atenções colocadas nos conflitos dos países vizinhos como a Coreia do Norte, que no fundo também prejudicavam a posição da RPC no contexto internacional. Um dos motivos pelos quais a Coreia do Norte não ficou como país participante na GTI, foi o facto de ter acelerado o desenvolvimento do seu programa nuclear. Neste caso, a RPC tem mostrado sinais de que não está totalmente a favor, pois não concorda com armamento nuclear na Península, principalmente porque reconhece que a consciência dos líderes da Coreia do Norte não está bem estruturada caso haja um conflito.

Tendo em conta que a RPC estabelece uma política para não envolvimento em assuntos de conflitos externos e reconhece que a estabilidade é imperativa para que se consiga ter um bom desenvolvimento económico, um dos pontos importantes da política externa chinesa no Nordeste Asiático, é a maneira como lida com a

Península Coreana. A divisão da Península Coreana tem implicações em três níveis para a RPC: em primeiro lugar está a própria questão do conflito armado, o facto de haver possibilidade de se desenvolver um conflito junto à fronteira chinesa, e a Coreia do Norte poder perder controlo do seu armamento nuclear, apresenta um grande perigo para a segurança interna da RPC; em segundo, se a Península ficar unificada pela Coreia do Sul, sob influência norte americana, iria representar uma extensão da influencia americana na Ásia e principalmente junto á fronteira chinesa, sendo que isto tem implicações no contexto económico, político, como também social, uma vez que a sociedade chinesa não é impermeável, e com a influencia ocidental, iria ficar menos controlada pela RPC; por último, a crise de refugiados e o impacto negativo na economia da RPC, onde o conflito iria provocar a movimentação de norte coreanos para uma zona da RPC que não tem um grande desenvolvimento económico, e por questões sanitárias, os campos de refugiados teriam uma grande probabilidade de ter um foco de doenças infectocontagiosas comuns na Coreia do Norte como a tuberculose (ICFRC: 2019);

A RPC ocupa a maior percentagem de comércio estrangeiro na Coreia do Norte e providencia de recursos alimentares e energéticos, comércio este que veio a ser desenvolvido e facilitado com a TRADP. Estando a RPC numa posição dominante do comércio com a Coreia do Norte, também está no centro das sanções impostas à Coreia do Norte pelo desenvolvimento do programa nuclear. A RPC faz parecer que cumpre as sanções impostas, mas por vezes arranja formas de as contornar. Tendo como exemplo a Resolução 2270, passada pela ONU em resposta aos testes nucleares conduzidos pela Coreia do Norte em Março de 2016, onde se alega que está proibida a importação de carvão, ferro e minerais de terras raras provenientes da Coreia do Norte, com a exceção se for para fins humanitários ou para meios de subsistência. Esta exceção foi usada ao máximo pela RPC, sendo que até ao final do ano de 2016 importou aproximadamente mil milhões de dólares em carvão proveniente da Coreia do Norte (Reuters: 2016).

Embora a RPC e a ONU estejam aparentemente de acordo com as resoluções relativamente à Coreia do Norte e ao desenvolvimento do programa nuclear, discordam claramente nas causas das tensões na Península Coreana, indicando ainda a RPC, que o comportamento da Coreia do Norte é em resposta às provocações dos EUA (Ibid: 2016). Em 2017 um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC refere o seguinte na Conferência Regular do PCC:

“The crux of the Korean nuclear issue rests on the conflict between [North Korea] and the U.S... . The Chinese side is neither the focal point of the conflict of the Korean nuclear issue nor the catalyzer for escalation of tensions at present, and it does not hold the key to solving the Korean Peninsula nuclear issue. In recent days, certain people have been exaggerating and playing up the so-called “China responsibility” theory. Those people have either failed to grasp the Korean Peninsula nuclear issue comprehensively and accurately, or done this out of ulterior motives with an attempt to shirk responsibility.”

Tendo em conta o que é referido, a RPC não quer nenhuma responsabilidade ou envolvimento no conflito da Península Coreana. No fundo, a política da RPC em relação à Coreia do Norte é feita de forma que consiga manter relações satisfatórias com a Coreia do Norte, enquanto que na comunidade internacional, é vista como um ator neutro que por vezes até concorda com as sanções impostas.

Outro ponto que está em continuidade com a posição da RPC em relação ao conflito na Península Coreana, são as relações que a RPC estabelece com a Coreia do Sul e de que modo o conflito influencia o contexto económico e a integração regional. A relação com a Coreia do Sul vai-se mantendo robusta a nível comercial, havendo desentendimentos esporádicos devido às tensões com a Coreia do Norte. As divergências têm vindo a piorar desde 2016, com a implantação do *U.S. Terminal High Altitude Area Defense* (THAAD) na Coreia do Sul, em que a RPC respondeu com uma retaliação económica (USSC, 2019: 342). O THAAD é um sistema de defesa anti mísseis, que a RPC se apressou a indicar que é ineficaz contra os mísseis de curto prazo e lance tático, mas sim adequados para interceptar mísseis chineses de alta altitude (Ibid: 249-254). Ou seja, a RPC interpretou o estabelecimento de THAAD como uma ameaça indireta. A Península Coreana está efetivamente no centro da forma como a RPC formula a sua estratégia no Nordeste Asiático e influencia diretamente a sua relação com os seus parceiros económicos. O mesmo comportamento tende a se reproduzir com o Japão, em que as disputas territoriais são uma continuidade e a RPC projeta uma narrativa nacionalista dos acontecimentos históricos que ocorreram desde o século 20. Neste caso, há uma tentativa para que haja relações na medida do possível amigáveis para cumprimento dos objetivos internos de cariz económico, ao mesmo tempo que a RPC tenta impedir que se espalhe a influência americana, para que a história não leve um rumo que não esteja alinhado com os seus próprios princípios e ideologias. O Nordeste Asiático está envolto de disputas e é um dos centros do conflito de influência entre a RPC e EUA, pelo que é neste tipo de fatores que o Japão teve em consideração quando recusou várias vezes se juntar oficialmente à TRADP e posteriormente à GTI.

De seguida, será apresentada uma estrutura organizacional que serve para agrupar os fatores que espelham a forma como a RPC gere a sua política externa no Nordeste Asiático.



Fonte: MFA, 2017;

Os três primeiros fatores no topo da pirâmide estão relativos ao que tem vindo sendo analisado até ao momento na medida em que o impacto da RPC e os projetos de integração regional, são os que sustentam os interesses económicos da RPC na região e auxiliam na manutenção da segurança, do diálogo e da balança de poder. Como já foi visto, para a RPC a estabilidade caminha de mãos dadas com o progresso económico, e os projetos de integração regional são uma boa estratégia de intermediar a cooperação e diálogo satisfatórios, enquanto há obtenção de recursos para o desenvolvimento económico. Seguidamente, a estabilidade das relações com o Japão, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, por questões securitárias que influenciam diretamente a projeção económica da RPC e a sua estabilidade no Nordeste Asiático, como também porque a Coreia do Sul e o Japão são parceiros económicos estratégicos da RPC na região. Xi Jinping em 2014, caracteriza as relações com a Coreia do Sul e Japão como uma “condução de 4 rodas” (Menegazzi, 2017: 3), onde se tem como base a política, economia e comércio, intercâmbios entre pessoas e desenvolvimento sustentável. É com base nestes quatro princípios que a RPC pretende conduzir as relações, com o fim de obter desenvolvimento. Se relaciona com a Coreia do Sul, porque é necessário economicamente, e relaciona-se com a Coreia do Norte, porque está politicamente mais alinhada e não lhe interessa a Península Coreana unificada com influência americana junto à fronteira.

Por fim, na base da pirâmide estão as relações da RPC com os Estados Unidos e com a Rússia. A Rússia tem um papel essencial na segurança interna da RPC. A Rússia é um grande poder no Nordeste Asiático e o maior vizinho a norte da RPC, juntamente com a Mongólia que também tem influência russa. A estratégia que a RPC tem é garantir que a Rússia seja um país vizinho aliado e não inimigo, como também garantir que está integrada no contexto económico regional. Para a RPC, é importante a influencia no Nordeste Asiático para que consiga gerir as ações e as relações com os Estados Unidos da América, na medida em que se pretende uma contenção da influência americana, enquanto se mantém uma relação satisfatória para que a RPC consiga cumprir os seus objetivos económicos na região. A RPC tenta dar impulso a uma arquitetura global que esteja alinhada com a sua visão do mundo e consiga agilizar os seus interesses estratégicos.

O PCC (Partido Comunista Chinês) divulga a campanha “permanecer fiel à nossa missão fundadora”, e tal se traduz essencialmente em conservar as aspirações originais com a missão de garantir governação (Rios, 2021: 375). A RPC tem uma modernidade com características próprias que se diferencia da Ocidental, no sentido em que se empenha numa modernização com grande ênfase no papel do Estado pela via socialista. Ambicionam ser um condutor da Globalização, e contrariamente ao que se possa pensar, para a RPC o problema não é a Globalização nem o liberalismo económico, mas sim a maneira como são geridos no enquadramento global. É neste sentido que em alternativa ao Consenso de Washington a RPC sugere o Consenso de Pequim. O Consenso de Pequim é um modelo económico que representa a base metodológica do sucesso económico da República Popular da China. Para além de enfatizar o desenvolvimento baseado na inovação, liberalização financeira prudente, sustentabilidade e autodeterminação nas relações internacionais (Li, 2019: 299, 300, 301, 302), é também uma forma de agir no contexto económico internacional, com cariz processual e ação com base no momento propício. A RPC efetivamente, para além de estabelecer estratégias a longo prazo, é um observador constante com sentido de oportunidade, para pôr em prática as suas estratégias no contexto regional e global. Para a RPC, é importante que consiga ter as relações com os países do Nordeste Asiático de forma que seja capaz de manobrar a influencia americana na região e não afete os seus interesses ou relações com os outros países. Avançamos para uma ordem internacional parcialmente independente e parcialmente sobreposta (Hasselberger e Proença Garcia, 2022: 8), onde por um lado, a Europa e EUA com democracias e liberalismo económico, e por outro a RPC, que é autoritária com algumas características capitalistas. Duas ordens diferentes com lideranças diferentes, em que o ideal seria cada um se mover no ambiente internacional favorável à sua forma de governação sem que se entre em confrontos.

Estando analisados os principais fatores que refletem a estratégia de política externa no Nordeste Asiático, estão reunidas as condições para que se questione que no meio de tantos interesses internos e problemas securitários presentes no Nordeste Asiático, de que forma a GTI serve como suporte da RPC para o exer-

cício da política externa no Nordeste Asiático. Em primeiro lugar, há que ter em consideração que a RPC procura a integração para que a longo prazo lhe traga vantagem comparativa no contexto global. A integração regional traz cooperação, e é neste sentido, que a RPC consegue aceder a recursos mais facilmente e dá resposta ao seu desenvolvimento económico. Consegue ainda que haja manutenção da estabilidade, para que o seu desempenho económico não seja afetado por conflitos externos, como também consegue manobrar no contexto regional de forma que a influencia norte americana seja controlada. Por fim, consegue também que alguns dos problemas internos sejam resolvidos., como foi exemplo o reajuste do fosso de desenvolvimento entre as zonas costeiras e o interior.

Por fim, consegue também que alguns dos problemas internos sejam resolvidos. Quando a RPC iniciou o processo de abertura económica, o que se verificou ao longo dos anos foi uma grande discrepância no desenvolvimento entre as zonas costeiras e o meio rural, sendo que a zona do nordeste da RPC onde estão inseridas as províncias que fazem parte da GTI, eram das zonas com menor grau de desenvolvimento. Enquanto o contexto económico apresentava uma boa evolução, a inquietação social aumentava nas zonas rurais e do interior, constituindo um problema interno que se prolongou na RPC durante muitos anos e posteriormente a TRADP veio a auxiliar na resolução. Com o objetivo de procurar um padrão mais equilibrado de desenvolvimento, o PCC primeiramente desenvolveu políticas que estimulassem a indústria no meio rural e as zonas urbanas a investirem mais na agricultura e zonas rurais (Ríos, 2021: 213), para melhorar as condições e a taxa de emprego. Como parte do processo de industrialização, foi criada a Zona Económica Especial na área do rio Tumen, na província de Jilin, ainda antes do desenvolvimento de TRADP (Hwang, 2002: 42).

A TRADP pode ser vista como um produto da RPC para tentar reajustar uma lacuna existente entre as zonas costeiras e as zonas rurais no interior. Além disso, a RPC estava preocupada com a minoria coreana na região do Nordeste Asiático que manifestou de forma muito óbvia a insatisfação com o grau de sub-desenvolvimento em que vivia (Hwang, 2002: 42). Isto explica o porquê de ao longo da TRADP, ter sido dado um investimento e atenção tão grande ao desenvolvimento de Hunchun, que é onde a comunidade coreana estava mais localizada. Depois do que aconteceu em Tiananmen o governo questiona-se ainda mais sobre a coesão política, e as minorias étnicas neste sentido despertaram grande atenção. As iniciativas de integração regional ajudam a controlar este aspeto, na medida em que criam expectativas de desenvolvimento e cooperação. A TRADP foi desenvolvida com base em muitos princípios e objetivos, mas o que é facto é que em grande parte serviu para que o problema interno da RPC relativo à disparidade do grau de desenvolvimento entre zonas e o descontentamento social fosse resolvido sem ter de fazer um grande investimento, já que a maioria dos projetos em TRADP foram financiados pelo PNUD.

Outro problema que serviu como base de motivação para a RPC pré-conceber a TRADP, e está relacionado com o impacto e relações sino coreanas no

desenvolvimento da sua política externa, é a Coreia do Norte. A TRADP serviu em muitos aspetos para que a RPC conseguisse gerir melhor a presença regional da Coreia do Norte e as consequências que o regime deste país traz para a RPC. A partilha de fronteiras, faz com que a Coreia do Norte e a RPC tenham laços em termos de geoestratégia, para além disso este país tem grande dependência da RPC e o acesso a recursos foi com base no acesso a empréstimos que a Coreia do Norte fez. A Coreia do Norte tem uma economia de comando estalinista (French, 2019: 168), onde a autossuficiência quase se tornou numa obsessão. A produção está direcionada para aquilo que consideram ser as necessidades do Estado, que são neste caso maioritariamente direcionadas para o setor militar. A RPC quis reduzir os empréstimos uma vez que não são pagos, e a TRADP, foi uma forma de encorajar a Coreia do Norte a se desenvolver economicamente. A RPC fez esforços em dar lições sobre os benefícios da reforma económica, sendo que Kim Jung Il chegou até a visitar Xangai e a ver todos os avanços de infraestrutura e tecnologia que tinham sido feitos (Ibid: 169)

Outro ponto problemático são as situações que o regime da Coreia do Norte causa na sociedade norte coreana, como exemplo os militares com fome que atravessam a fronteira para a RPC e assaltam bancos ou quintas. Por último, o fornecimento alimentar para o exército é cada vez menor e equipamentos militares são pedidos a crédito a países como a Rússia e a RPC, constituindo assim um dos motivos pelos quais a Coreia do Norte é mais um fardo económico e securitário para a RPC. A RPC quer manter boas relações com a Coreia do Norte e é do seu interesse que se mantenha a mesma tipologia de regime, mas ao mesmo tempo, reconhece a ilusão e extremidade do regime norte coreano. A instabilidade na Península Coreana também implica instabilidade no nordeste da RPC, uma situação que o governo evita ao máximo. A inclusão da Coreia do Norte na TRADP foi para a RPC uma vitória com um grande alívio e a sua retirada, quando se transitou para a GTI, um grande fracasso. A presença da Coreia do Norte numa iniciativa de integração regional sempre dava alguma hipótese para a cooperação com este país e controlo das questões securitárias, como também um encaminhamento para que a Coreia do Norte introduzisse medidas para melhorar a condição económica.

Mie Oba refere, em 2019, que o desenvolvimento do Regionalismo na Ásia caminha de mãos dadas com o início do declínio da ordem global liberal. A principal razão para a ativação do Regionalismo, é que países como a RPC usam ativamente o Regionalismo como uma medida política para garantir a realização dos seus próprios interesses nas circunstâncias incertas causadas pelo declínio da existente ordem internacional (Oba, 2019: 134). Um dos problemas é que ocorrem situações como a crise financeira de 2008, onde se demonstrou que as democracias mais avançadas não dão uma boa resposta a situações de crise (Hasselberger e Proença Garcia, 2022: 46), e em alternativa, as atenções são cada vez mais postas na RPC. A RPC exhibe com grande orgulho a sua própria história de crescimento económico, onde passou de uma situação de pobreza para uma economia sofisti-

cada, robusta e economicamente avançada, sendo que no contexto de integração regional, esta imagem é favorável para que países como a Mongólia mantenham as suas expectativas e tenham credibilidade em iniciativas de integração regional.

Em síntese, a RPC ao fazer uso das vantagens que a integração regional traz, comprometeu-se a participar ativamente na TRADP, e posteriormente na GTI, para fortalecer o crescimento económico no nordeste da RPC, que tinha uma economia de pequena escala, infraestrutura desatualizada, baixa densidade de população e a falta de portos marítimos adequados. Adicionalmente, tanto a TRADP como a GTI, auxiliam a RPC a gerir a sua política externa no Nordeste Asiático relativamente às questões securitárias levantadas pela Coreia do Norte, nas relações com a Rússia e Coreia do Sul, como também a manobrar a influência americana no Nordeste Asiático.

5. Conflito na Ucrânia: Implicações para GTI

A invasão da Rússia na Ucrânia trouxe profundas alterações no contexto político e económico. Um dos fatores que se acresce com iniciativas de integração regional como a GTI, é que os países vão tendo um maior nível de interdependência. Estando interdependentes, um conflito que se originou num país, acabou por ter impacto direto a nível económico e securitário no Nordeste Asiático, mesmo para países como o Japão que não pertencem oficialmente a GTI. Uma das principais medidas de penalização para a Rússia foram as sanções económicas, que foram afetando a estabilidade financeira da Rússia, a manobra de operação das empresas internacionais russas e o fluxo comercial. Embora as sanções estejam de forma específica direcionadas à Rússia, os países vizinhos são diretamente afetados devido à falta de abastecimento de bens alimentares, recursos energéticos e de equipamento militar (The Diplomat: 2022). Para além do referido, os corredores de transporte que foram desenvolvidos desde a TRADP em que a Rússia está incluída, estão agora condicionados ao nível do fluxo comercial.

Ao nível da energia, os países começaram a recorrer às suas próprias reservas e os preços de consumo a disparar, como já se verifica de forma mais agravada na Mongólia, para além dos mongóis que estão no exterior já não conseguirem utilizar alguns cartões bancários, devido ao corte da conexão da Rússia ao SWIFT (The Diplomat: 2022). A Mongólia estabelece relações com a Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos como parte da sua própria política *Third Neighbour*, que serve principalmente para equilibrar as relações que tem com os países vizinhos, que são a Rússia e RPC, e outros países que estão fora do mesmo alinhamento político (Sanallkhundev, 2021: 81, 82). Ao nível diplomático, a Mongólia estabelece relações com outros países, mas economicamente tende a estar mais dependente da RPC e Rússia, o que tem trazido implicações negativas devido ao conflito.

Relativamente ao sistema político e económico, o conflito originado pela Rússia tem trazido implicações para todos os países do Nordeste Asiático, mas no caso da RPC, estas implicações são proporcionais ao seu estatuto de grande potência.

A RPC ainda é dependente de muitos países para a importação de bens de consumo, sendo um deles a Ucrânia principalmente para a importação de trigo (Reuters: 2022), obrigando assim a RPC a procurar outras alternativas para evitar uma crise em termos de abastecimento de bens alimentares. No contexto político, por um lado, as atenções do Ocidente estão agora mais postas na Rússia, mas, por outro, claramente que o conflito vai intensificar as relações que a RPC tem no contexto internacional, uma vez que a Rússia é um dos grandes parceiros estratégicos da RPC no Nordeste Asiático. Tendo em conta o que foi referido durante a análise da política externa chinesa no Nordeste Asiático, a RPC tem como uma das prioridades estabelecer boas relações com a Rússia, mas com a pressão internacional, é incerto até que ponto a RPC vai conseguir manter a mesma política em relação à Rússia.

No Nordeste Asiático, que já tinha questões securitárias contemporâneas entre diversos países, a Rússia só veio acrescentar mais destabilização. Sendo o conflito da Ucrânia um tema tão atual, ainda não é possível estabelecer uma análise certa de quais as implicações para iniciativas de integração regional como a GTI. Pode fazer-se uma análise aproximada relativamente ao que tem vindo a ser referido, e tendo em conta este tipo de análise, o facto de um país participante ter originado um conflito num país que tem grande suporte de potências ocidentais, vai trazer implicações drásticas para a sustentabilidade do Regionalismo no Nordeste Asiático. A GTI já tinha problemas ao nível de diálogo e inclusão ao nível de desenvolvimento e investimento, que muito dificilmente agora vão ser solucionados com o conflito. Embora em certa medida a Rússia ainda estabeleça relações com a RPC, pode questionar-se com que postura os representantes russos na GTI vão participar nas reuniões regulares da iniciativa, com a presença de países como a Coreia do Sul e até mesmo o PNUD, que ainda participa como órgão de apoio à GTI. As consequências ao nível das relações diplomáticas e económicas são evidentes não só para a GTI como para o Nordeste Asiático em geral, mas especificamente para a GTI, a grande quebra dos fluxos comerciais e o consequente condicionamento nos corredores de transporte e atividade económica das Zonas Económicas Especiais, vão ser um dos grandes impactos.

Os principais desafios da GTI neste momento são no sentido de conseguir que haja manutenção dos ganhos e desenvolvimento que tem sido feito em GTI, e por outro lado, reajustar a posição da Rússia como país participante de GTI. A Rússia continua a ter importância económica estratégica na região, mas o problema é que o conflito na Ucrânia, em termos de resolução, pode ser um pouco idêntico ao da Península Coreana em que se vai gerindo e não solucionando.

Tem de se ter em conta que GTI é uma iniciativa de integração regional dinamizada e centralizada aos interesses da RPC e a Rússia, comparativamente à RPC, não apresenta grandes contributos para o desenvolvimento da GTI. Em primeiro lugar, determinados recursos naturais podem ser conseguidos em outras partes do globo, sendo que a Rússia apenas apresenta vantagens ao nível da proximidade geográfica e redes de transporte que facilitam o transporte de mercadorias. Adicionalmente, a Rússia não apresenta o sistema económico in-

dustrial desenvolvido comparativamente à RPC, basta pensarmos no mercado de exportação russo e em quantas marcas de indústria automóvel ou de bens de consumo são russas. Querendo isto dizer, que a participação da Rússia em GTI não é uma condição imperativa para o desenvolvimento do Nordeste Asiático.

Oficialmente a GTI não adota uma posição transparente relativamente ao conflito na Ucrânia, contrariamente transparecem a dinamização de projetos na região como se a situação do conflito fosse marginal, estando isto diretamente relacionado com o facto de a RPC continuar alinhada com a Rússia devido aos seus interesses económicos e geoestratégicos na região.

6. Conclusões

O final da Guerra Fria foi o que demarcou o início do desenvolvimento do Regionalismo no Nordeste Asiático. Efetivamente, só neste período é que estavam reunidas condições para que houvesse o mínimo de cooperação regional, uma vez que a ordem global estava numa aceleração acentuada do processo de Globalização e os países estavam mais preocupados em se enquadrarem num novo contexto económico. O objetivo inicialmente não foi a proeminência do Nordeste Asiático nem da TRADP, mas sim como vão usar as vantagens comparativas de cada país para a adaptação ao contexto global. Neste sentido, o Regionalismo no Nordeste Asiático vai-se desenvolvendo como exercício de adaptação e resposta às interações económicas de outras regiões do globo, uma vez que é desenvolvido numa fase muito mais avançada em resposta a um contexto económico onde o liberalismo económico e o Capitalismo já eram dominantes. Embora alguns países no Nordeste Asiático não pratiquem esta ideia a nível nacional, o que é facto é que são capazes de se unirem regionalmente face a um contexto global onde o Capitalismo e liberalização de mercado são realidades muito presentes. O desenvolvimento económico da RPC é um caso onde foi aplicado o liberalismo económico, sem que fosse implementado o liberalismo político, pois o objetivo é que se desenvolva uma estratégia onde se evite que se seja dependente do comércio internacional, enquanto se consegue uma projeção económica que permita posicionar-se como ator económico global de grande importância.

Sendo a TRADP uma iniciativa de integração regional que é estabelecida em função do contexto económico global desenvolvido a partir da década 90, faz com que esteja teoricamente mais enquadrada no contexto do Novo Regionalismo. Enquanto o Regionalismo clássico que se manifestou em regiões como a Europa se desenvolve num contexto em que a ordem global é bipolar, o Novo Regionalismo, é desenvolvido já num contexto de multipolaridade com uma ordem global em mudança, devido principalmente à aceleração do processo de Globalização. Há necessidade de cooperação para enfrentar os novos desafios que a ordem global exige, uma vez que os Estados têm tendência a ter falta de meios e capacidade, para dar resposta a esta mudança considerando apenas a capacidade interna. A TRADP, enquadra-se no contexto do Novo Regionalismo,

precisamente porque é uma iniciativa que surge com o objetivo de potenciar a região do rio Tumen e do Nordeste Asiático, face ao contexto global com uma ordem económica liberal já estabelecida, como também acaba por ser uma tipologia de Regionalismo que prioriza a integração para fins de desenvolvimento económico. A forma de integração no caso da TRADP e GTI foi determinada pela economia, laços e acordos comerciais que vão ligando os países participantes no compromisso para o cumprimento de um objetivo aparentemente comum, que neste caso é o desenvolvimento e projeção global da região do Nordeste Asiático. O desenvolvimento do Regionalismo no Nordeste Asiático é feito ao nível sub-regional, porque o Nordeste Asiático é uma sub-região da Ásia Oriental, sob a forma da TRADP e GTI, que se caracteriza por uma iniciativa de integração regional mais orientada para o mercado e comércio do que em termos financeiros e institucionais, com raízes teóricas enquadradas no Novo Regionalismo.

A TRADP é desenvolvida tendo em conta quatro fatores de peso: o contexto económico global com um acelerado processo de globalização; necessidade de cooperar face à presença de um rio transfronteiriço que implica a gestão da partilha de benefícios; cumprimento dos objetivos internos da RPC; Crise Financeira Asiática de 1997.

No primeiro fator, os países do Nordeste Asiático não quiseram ficar isolados de perspetivas globais, e neste sentido, objetivam a cooperação e integração regional como forma mais conveniente para que a região seja projetada no contexto económico global. O segundo fator tem a ver com o facto de a região do rio Tumen ser rica em recursos, e como um rio transfronteiriço traz a necessidade de que os países cooperem para a gestão de todas as implicações e benefícios que a presença de um rio transfronteiriço representa. De acordo com o estudo de Sadoff e Gray, existem quatro tipos de benefícios que podem ser gerados quando há cooperação ao nível de um rio com fronteira partilhada. A tipologia 1 tem a ver com a melhoria da qualidade da água ou da biodiversidade; O tipo 2 está relacionado com a economia direta dos benefícios como por exemplo por meio de barragens hidroelétricas e projetos de irrigação; O tipo 3 tem a ver com os projetos e cooperação conjunta para redução de desastres; O tipo 4, está relacionado com a criação de benefícios além da bacia do rio Tumen como, por exemplo, mercados regionais integrados. De acordo com a análise deste estudo, foi referido que a TRADP se enquadra principalmente no benefício Tipo 4, uma vez que a TRADP, e posteriormente GTI, abriu caminho para o desenvolvimento da integração regional, principalmente a nível económico.

Em terceiro lugar, as motivações internas e os objetivos da RPC para a região foram efetivamente o principal motor que fez com que a TRADP fosse estabelecida. Após a adoção da Política de Portas Abertas por Deng Xiaoping, verificou-se um crescimento da disparidade do nível de desenvolvimento entre as zonas litorais e o interior, o que levou a que se gerasse instabilidade e descontentamento na sociedade chinesa que vivia no interior. No seguimento desta situação, o governo chinês começou a procurar um padrão mais equilibrado de desenvolvimento,

e como parte desse processo, criou uma Zona Económica Especial na área do rio Tumen, na província de Jilin. Desta forma, o posterior desenvolvimento da TRADP, foi uma forma de a RPC reajustar satisfatoriamente o grau de desenvolvimento entre as zonas costeiras e o interior. O desenvolvimento de Hunchun que ocupou a maioria dos projetos enquanto a TRADP teve em vigência, foi o complemento da RPC para colmatar o fraco desenvolvimento da zona do nordeste da RPC e o consequente descontentamento da população. Adicionalmente, a instabilidade na Península Coreana também implica instabilidade no nordeste da RPC, uma situação que o governo evita ao máximo. Iniciativas de integração regional onde esteja presente a Coreia do Norte é de muita conveniência para a RPC uma vez que permite uma maior gestão das questões securitárias que o regime norte coreano provoca, e, num contexto económico, uma Coreia do Norte mais integrada permitiria que houvesse um maior desenvolvimento económico e diminuição dos empréstimos que a RPC dá e não são pagos na sua maioria.

Por último, a Crise Financeira Asiática de 1997, não está na base dos motivos pelos quais a TRADP foi desenvolvida, mas numa fase em que a TRADP já estava em vigência, trouxe um incentivo para a cooperação e integração regional. A Crise Financeira Asiática evidenciou as vulnerabilidades do sistema económico e financeiro desta região, e como as vantagens da cooperação regional podem trazer uma melhor resiliência económica numa situação de crise.

A TRADP é desenvolvida com um conjunto de países que não estão alinhados politicamente entre si, mas que em comum, partilham teoricamente o objetivo de obter benefícios com a integração regional e que a longo prazo o Nordeste Asiático tenha um elevado grau de desenvolvimento e projeção económica no contexto global. Contraditoriamente, o período em que a TRADP esteve em vigência não correspondeu a estas expectativas. Para além de terem estado quase uma década em conversações e a testar a viabilidade de projetos, que deveriam ter sido testados na fase preparatória do desenvolvimento da TRADP, os acordos estabelecidos permitiram concluir que os países operam ao nível bilateral em que o ator principal dessas relações é a RPC. Neste caso, o problema é que no quadro da Globalização e do Regionalismo muito dificilmente há progresso e repartição de benefícios balanceada com relações maioritariamente ao nível bilateral. Embora a TRADP não tenha cumprido grande parte dos seus projetos, é notório o desenvolvimento de redes de transporte e infraestrutura que foi feito na Rússia e nordeste da RPC, juntamente com o estabelecimento de TREZ, TREDa e NEAR-DA, que acabaram por ser Zonas Económicas de Desenvolvimento onde se dinamiza o comércio e impulsiona a economia de GTR. Para além disso, melhoraram as condições de transporte comercial, sendo este último fator imperativo para o desenvolvimento de qualquer região.

A inércia do cumprimento do aspeto prático dos projetos, falta de diálogo e cooperação ao nível multilateral, disparidades políticas por questões securitárias ao nível de disputas territoriais, e o próprio regime da Coreia do Norte, foi o que prejudicou a viabilidade da TRADP e fez com que houvesse necessidade de se

reformular os objetivos e identificar uma nova estratégia, levando à oficialização da GTI em 2005. O desenvolvimento do programa nuclear da Coreia do Norte foi um dos principais fatores que impossibilitou a permanência do país numa iniciativa de integração regional. Juche implica que na Coreia do Norte não haja economistas que se possam expressar ou se quer que notem a necessidade de mudança. Estes fatores, juntamente com a insistência ilusória de que os líderes fazem com que todos estejam felizes e providenciam tudo o que o país e a sociedade precisa, condena qualquer possibilidade de desenvolvimento na Coreia do Norte e prospectiva de cooperação e integração. Com base nestes fatores, a Coreia do Norte sai oficialmente como país participante e não participa na GTI.

Na oficialização da GTI, foram tomadas um conjunto de decisões onde umas em certa parte contribuíram para o melhoramento da integração regional, mas outras só contribuíram para a manutenção dos problemas que já existiam na TRADP. Em primeiro, foi decidido que o PNUD, deixaria de ser a base de suporte financeiro, e passasse a ser apenas um parceiro de apoio. Esta mudança, trouxe alterações principalmente no financiamento, pois anteriormente tinham uma fonte externa de financiamento fixa que passou a ser uma fonte de financiamento dependente das contribuições dos países participantes. Em segundo, a configuração geográfica da GTI ficou alterada com a Coreia do Norte a sair como país participante, tendo ficado oficialmente a RPC, Coreia do Sul, Mongólia e Rússia. Geograficamente, a ausência da Coreia do Norte foi compensada com expansão da área para a Mongólia interior, a extensão do território de Primorsky na Rússia e zonas costeiras da Coreia do Sul. Por último, foi decido que se iria desenvolver um plano de ação estratégica de dez anos, onde iam investir e desenvolver projetos tendo como base seis setores prioritários: Setor Ambiental; Setor Agrícola; Transportes; Turismo; Comércio e Investimento; Setor Energético;

A organização da GTI tendo como base estes setores, permitiu uma maior consciência dos projetos viáveis e do investimento que deveria ser feito. A reorganização da estrutura institucional que foi feita quando se formalizou a GTI, é outro ponto positivo que tem vindo a auxiliar na manutenção da integração regional. A estrutura institucional foi estabelecida de forma que seja mais fácil o diálogo entre os países participantes e leva a que haja uma participação ao nível ministerial de cada país, aumentando assim a viabilidade da GTI. Para além do referido, foi estabelecido o *Local Cooperation Committee*, que tem como principal objetivo quebrar as barreiras de comunicação entre os governos centrais e locais, para que seja mais rápido e fácil o cumprimento dos projetos da GTI, uma vez que a GTI é uma iniciativa que abrange países que operam ao nível de governos centrais e outros ao nível de governos locais.

No entanto, embora a GTI surja com uma estrutura mais sólida e uma visão mais objetiva para o cumprimento dos objetivos e desenvolvimento de GTR, um dos problemas que tem persistido foi a retirada do PNUD e a gestão do investimento para o cumprimento dos projetos. A Geografia, os recursos naturais e a força laboral que estão presentes nos países na GTI, são fatores que determi-

nam um bom desenvolvimento do Regionalismo no Nordeste Asiático. Por outro lado, as questões securitárias, gestão do investimento, discrepâncias políticas e falta de um desenvolvimento inclusivo, têm sido os fatores que determinam o Regionalismo no Nordeste Asiático a falhar.

Um dos problemas do Nordeste Asiático é que, por um lado, há uma tendência a que se aumente a interdependência económica com o desenvolvimento da GTI, e por outro lado, um fraco desenvolvimento e cooperação no contexto político e securitário. A TRADP e a GTI, são o suporte da ideia de que as fronteiras tanto unem como separam e são zonas de passagem e também de tensão, deste modo, são também exemplos como a instabilidade política e a vontade de desenvolvimento económico são realidades que se sobrepõem. Deveria haver uma resposta comum a desafios e objetivos comuns, até porque a integração e o desenvolvimento económico a longo prazo só são conseguidos se houver estabilidade política e securitária. Até ao momento, não há um tipo de iniciativa de integração regional que inclua todos os países do Nordeste Asiático e se foque em questões regionais que não estejam só assentes na condição económica, e seja permanente. Também não há nenhum tratado de comércio livre a nível regional nem nenhum mecanismo de segurança regional. Dificuldades organizacionais são proporcionais às dificuldades operacionais, e efetivamente um dos desafios da GTI, é estabelecer uma estratégia que torne o diálogo e cooperação ao nível multilateral e o desenvolvimento mais inclusivo.

A TRADP e a GTI tendem a falhar no desenvolvimento inclusivo, e por norma, onde há desigualdade de distribuição, há estratégia de poder, algo que foi analisado com o exercício de política externa chinesa no Nordeste Asiático. Uma das questões centrais deste estudo foi o exercício da política externa chinesa no Nordeste Asiático, uma vez que é efetivamente o motor do Regionalismo do Nordeste Asiático e o que determina a direção que a GTI vai levando. A RPC, aquando do desenvolvimento da TRADP, lutou para que houvesse cumprimento dos objetivos e interesses imediatos e em simultâneo conseguisse preparar o futuro. Um dos preços da integração regional é a perda de alguma soberania nacional e a redução das opções políticas para a prossecução de objetivos puramente nacionais. Neste sentido, a política externa chinesa tende a ter um enfoque na manipulação do Regionalismo a seu favor. Pela observação da TRADP e da GTI, não houve um único projeto em que a RPC não tivesse envolvida ou não fosse beneficiada. A RPC acaba por manipular a interdependência para que em última instância a beneficie.

A política externa chinesa no Nordeste Asiático está dividida entre quatro fatores: o impacto da RPC no Nordeste Asiático; Iniciativas de Integração Regional; Relações com a Península Coreana e o Japão; Relações com a Rússia e Estados Unidos da América.

O impacto da RPC e os projetos de integração regional, estão relacionados com a procura da RPC em sustentar os interesses económicos na região e no auxílio em que haja manutenção da segurança e do diálogo. Embora a RPC esteja por

trás de maioria das questões securitárias que destabilizam o Nordeste Asiático, têm uma certa consciência que o progresso económico só se consegue com estabilidade, e neste enquadramento, vai estabelecendo estratégias que auxiliam nesse sentido. Seguidamente, a estabilidade das relações com o Japão, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul por questões securitárias que influenciam diretamente a projeção económica da RPC e a estabilidade no Nordeste Asiático, como também porque a Coreia do Sul e o Japão são parceiros económicos estratégicos da RPC na região. Por último, as relações da RPC com os Estados Unidos e com a Rússia. A Rússia é um poder no Nordeste Asiático e o seu maior vizinho a norte, juntamente com a Mongólia que também tem influência russa. A estratégia que a RPC tem é garantir que a Rússia seja um país vizinho aliado e não inimigo, como também garantir que está integrada no contexto económico regional. Para a RPC é importante a influencia no Nordeste Asiático para que consiga gerir as ações e as relações com os Estados Unidos da América, na medida em que se pretende uma contenção da influência americana na região, ao mesmo tempo que se mantém uma relação satisfatória e que seja suficiente para que a RPC consiga cumprir os seus objetivos económicos. A TRADP e a GTI estão no centro de todos os fatores da política externa no Nordeste Asiático. Auxiliaram a RPC a gerir a sua política externa no Nordeste Asiático relativamente às questões securitárias levantadas pela Coreia do Norte, nas relações com a Rússia e Coreia do Sul, a manobrar a influência americana no Nordeste Asiático e a gerir os projetos de forma que deem resposta aos seus objetivos económicos.

O Regionalismo no Nordeste Asiático está presente sob a forma da GTI. Sendo a GTI uma iniciativa de integração regional gerida em grande parte pelas motivações e interesses da RPC, trata-se quase de um Regionalismo disfarçado como um instrumento da RPC para o exercício da sua política externa. Por este motivo, é um desafio para os países participantes e para a própria iniciativa, estabelecer uma estratégia que reverta esta tendência, começando por estabelecer uma melhor plataforma de diálogo entre os países. Na verdade, como países que pertencem a uma região com discrepâncias políticas e instabilidade securitária vão dialogar e quais os melhores mecanismos para o fazer, deveria ter sido algo pensado muito antes de oficializar a TRADP na década de 90. Por não ter sido estabelecida uma estratégia inicialmente, este tem sido um problema que acompanha até ao momento a GTI, dá margem de manipulação à RPC e se continua a operar dentro da iniciativa principalmente a nível bilateral.

Para além das condicionantes referidas, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia foi um ponto final a ser referido neste estudo, não só por interferir no contexto securitário da região, mas porque irá destabilizar toda a estrutura da GTI. Se o diálogo já era um problema existente, de forma muito desafiante, haverá possibilidade de a Rússia cooperar e dialogar com países que condenam a invasão da Rússia na Ucrânia, como a Coreia do Sul. A RPC, embora seja um parceiro da Rússia e tenha interesse em manter boas relações com este país, o que é facto é que as sanções económicas aplicadas à Rússia têm levado a RPC a procurar outras alternativas em

termos de fluxos comerciais, como também influenciam negativamente os objetivos económicos da RPC, não só na região, como no contexto global. A Mongólia, que já era o país menos desenvolvido economicamente e mais isolado da perspetiva regional, recebe as consequências negativas principalmente ao nível económico.

Os principais desafios da GTI neste momento, face ao conflito na Ucrânia, são no sentido de conseguir que haja manutenção dos ganhos e do desenvolvimento que tem sido feito na região desde a TRADP, e por outro lado, reajustar a posição da Rússia como país participante da GTI. A retirada da Rússia será uma perda para a GTI, porque a Rússia continua a ter importância económica e estratégica na região, mas por outro lado, a Rússia permanecer na GTI estando o conflito ou não gerido, será como dar uma segunda oportunidade ao Regionalismo no Nordeste Asiático, tendo em conta o fracasso da TRADP e o desenvolvimento inerte da GTI. Para além disso, a permanência da Rússia na GTI não é imperativa para o desenvolvimento do Nordeste Asiático, uma vez que a Rússia comparativamente a outros países como a RPC, não tem uma economia industrial desenvolvida e determinados recursos naturais também podem ser conseguidos em outras partes do globo. Um dos problemas é que as segundas oportunidades por norma vêm com pouca paciência e muita memória, e neste caso, os problemas já existentes da GTI como a cooperação e diálogo, não só muito dificilmente vão ser solucionados como ainda poderão ser agravados. Não havendo um nível de diálogo e cooperação satisfatório, as relações continuam a ser feitas ao nível bilateral e continua presente um Regionalismo no Nordeste Asiático limitado e manipulado pelas pretensões da RPC. Há que ter em conta que o sucesso de países como a RPC, tende a ser proporcional à dificuldade e situações de crise que se registam noutras zonas do globo e nos países mais desfavorecidos, sendo que é neste tipo de contexto, que a RPC encontra o seu sentido de oportunidade.

Bibliografia

- Asian Development Bank. 2008. *Emerging Asian Regionalism – A Partnership for Shared Prosperity*. Asian Development Bank. Manila.
- Asian Development Bank. 2013. 'Regional Cooperation and Integration in a Changing World'. Asian Development Bank.
<<https://www.adb.org/sites/default/files/publication/30224/regional-cooperation-changing-world.pdf>>
- Bigold, Michelle, Chey, Minjung e Gim, Duke. 2021. 'A Case of Rajin Port: Economic Significance and Geopolitical Implications'. Center For Strategic & International Studies.
<<https://beyondparallel.csis.org/wp-content/uploads/2021/05/A-Case-For-Rajin-Port-3.pdf>>
- Bolton, Derek. 2012. 'North Korea's Nuclear Program. American Security Project'.
<https://www.researchgate.net/publication/313426235_North_Korea%27s_

- Nuclear_Program>
- French, Paul. 2019. *Coreia do Norte - Estado de Paranoia*. Desassossego. Acessado em Agosto 2022 em wook.pt.
- Goyal, Hari D. 1999. 'A Development Perspective on Mongolia'. *Asian Survey* 39, no. 4. 633-655. <<https://doi.org/10.2307/3021242>>
- Greater Tumen Initiative. 2022. Greater Tumen Initiative. <<http://www.tumenprogramme.org/>>
- Gills, B. K. 1996. 'Economic Liberalisation and Reform in South Korea in the 1990s: A "Coming of Age" or a Case of "Graduation Blues"?' . *Third World Quarterly*, 17(4), 667-688. <<http://www.jstor.org/stable/3993279>>
- Goldstone, Jack A. 2009. *Why Europe?: the Rise of the West in World History, 1500-1850*. George Mason University. Nova Iorque.
- GTI. 2022. 'Ulaanbaatar Declaration: The 22nd Meeting of the Greater Tumen Initiative Consultative Commission'. GTI.
- GTI. 2020. 'Evolution of Regional Value Chains and Logistics Networks in the Greater Tumen Region'. GTI. <[http://www.tumenprogramme.org/UploadFiles/%E6%96%B0%E5%BB%BA%E6%96%87%E4%BB%B6%E5%A4%B9%20\(4\)/2020%20Evolution%20of%20Regional%20Value%20Chains.pdf](http://www.tumenprogramme.org/UploadFiles/%E6%96%B0%E5%BB%BA%E6%96%87%E4%BB%B6%E5%A4%B9%20(4)/2020%20Evolution%20of%20Regional%20Value%20Chains.pdf)>
- GTI. 2019. 'Local Cooperation Committee (LCC) Technical Guide'. Support of Regional Economic Cooperation in Asia (SRECA)'. <<https://connecting-asia.org/wp-content/uploads/2019/09/Doc-A-4.2-GTI-LCC-Technical-Guide.pdf>>
- GTI. 2015. Economic Environment Report of GTR 2015: Fostering Economic Cooperation in NEA in the New Global Environment. GTI. <[http://www.tumenprogramme.org/UploadFiles/%E6%96%B0%E5%BB%BA%E6%96%87%E4%BB%B6%E5%A4%B9/1.%20Economic%20Environment%20Report%20of%20GTR%202015%20\(20160414\).pdf](http://www.tumenprogramme.org/UploadFiles/%E6%96%B0%E5%BB%BA%E6%96%87%E4%BB%B6%E5%A4%B9/1.%20Economic%20Environment%20Report%20of%20GTR%202015%20(20160414).pdf)>
- GTI. 2020. 'The Role of Industrial Parks in the Greater Tumen Region: How to Enhance Industrial and Supply Chain Connectivity Post-pandemic'. GTI. <[http://www.tumenprogramme.org/UploadFiles/%E6%96%B0%E5%BB%BA%E6%96%87%E4%BB%B6%E5%A4%B9%20\(4\)/2nd-GTI-Policy-Brief-Industrial-Parks_FINAL.pdf](http://www.tumenprogramme.org/UploadFiles/%E6%96%B0%E5%BB%BA%E6%96%87%E4%BB%B6%E5%A4%B9%20(4)/2nd-GTI-Policy-Brief-Industrial-Parks_FINAL.pdf)>
- Hettne, Björn. 1996. 'Globalization, The New Regionalism and Est Asia'. United Nations University. Seminar '96 Shonan Session. <<https://archive.unu.edu/unupress/globalism.html>>
- Hughes, Christopher. 2000. 'Tumen River Area Development Programme: Frustrated Micro-Regionalism as a Microcosm of Political Rivalries.' *SSRN Electronic Journal*. <https://www.researchgate.net/publication/39960650_Tumen_River_Area_Development_Programme_Frustrated_Micro-Regionalism_as_a_Microcosm_of_Political_Rivalries>
- Hwang, Jaeho. 2002. 'The Significance of Regionalism as an Element of China's

- Security and Foreign Policy: The Case of the Tumen River Area Development Project (TRADP)'. Tese de Doutorado. London University - London School of Economics and Political Science. Londres. <<http://etheses.lse.ac.uk/2293/1/U615240.pdf>>
- Jimin. Chen. 2013. 'Solving the Northeast Asia Security Dilemma'. *The Diplomat*. <<https://thediplomat.com/2013/05/solving-the-northeast-asia-security-dilemma/>>
- Krechetova, Varvara. 2016. 'Northeast Asia Institutional Gap: Geographical Analysis'. <https://www.researchgate.net/publication/307204840_Northeast_Asia_Institutional_Gap_Geographical_Analysis>
- Kitamura, Hiroshi, 1966, 'Economic Theory and the Economic Integration of Underdeveloped Regions', em *Latin American Economic Integration*. Praeger. pp.42-59.
- Lkhaajav. Bolor. 2021. 'Mongolia-Russia Diplomatic Relations at 100'. *The Diplomat*. <<https://thediplomat.com/2021/12/mongolia-russia-ties-at-100/>>
- Lkhaajav. Bolor. 2022. 'How the Russia-Ukraine War Is Changing Northeast Asia's Geopolitics'. *The Diplomat*. <<https://thediplomat.com/2022/03/how-the-russia-ukraine-war-is-changing-northeast-asias-geopolitics/>>
- Marshall, Tim. 2016. *Prisoners of Geography: Ten Maps That Explain Everything About the World*. Elliott & Thompson. Londres.
- Menegazzi. Silvia. 2013. 'Promoting Security Cooperation and Trust Building in Northeast Asia - The Role of the European Union'. Instituto Affari Internazionali. <<https://www.iai.it/sites/default/files/kf-iai.pdf>>
- Mie, Oba. 2019. 'Further development of Asian regionalism: institutional hedging in an uncertain era.' *Journal of Contemporary East Asia Studies*. Volume 8, 2019 - Issue 2: Multilateralism in Asia: Rethinking Asian regionalism in an uncertain era. <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/24761028.2019.1688905>>
- Ngampramuan, S. e Ploberger, C. 2020. 'Sub-regionalism and International River Basins: Evaluating the Integration of the Mekong and Danube'. Cambridge Scholars. <<https://www.cambridgescholars.com/resources/pdfs/978-1-5275-4675-2-sample.pdf>>
- Nichols, Michelle. 2022. 'U.S. to push Russia to fulfill Ukraine grain deal, says China is stockpiling'. *Reuters*. <<https://www.reuters.com/markets/commodities/us-push-russia-fulfill-ukraine-grain-deal-calls-out-china-stockpiling-2022-07-22/>>
- Perkins, D. H. 2007. 'Economic Growth in Northeast Asia: Implications for Security'. *Asia Policy*, 3, 42-47. <<http://www.jstor.org/stable/24903046>>

- Pédussel Wu, Jennifer. 2004. 'Measuring and explaining levels of regional economic integration'. ZEI Working Paper, No. B 12-2004.
<https://www.researchgate.net/publication/46099871_Measuring_and_explaining_levels_of_regional_economic_integration>
- Proença Garcia, Francisco e Hasselberger, William. 2022. *O Poder Autoritário e o Desafio para as Democracias Liberais*. Aletheia. Óbidos, Portugal.
- Reeves, Jeffrey. 2016. Mongolia's Place in China's Periphery Diplomacy. *The Asan Forum*. <<https://theasanforum.org/mongolias-place-in-chinas-periphery-diplomacy/>>
- Robinson, James e A. Acemoglu, Daron. 2013. *Why Nation Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. Nova Iorque.
- Ríos, Xulio. *A Metamorfose do Comunismo da China – Uma História do PCC (1924-2021)*. Matosinhos, Portugal.
- Söderbaum, Fredrik e Hettne, Björn. 1998. 'The New Regionalism Approach'. *Politeia*. 17. 6-21.
<https://www.researchgate.net/publication/259714035_The_New_Regionalism_Approach/citation/download>
- Russel, Clyde. 2016. 'China buys record North Korean coal as sanctions ignored: Russell'. *Reuters*.
<<https://www.reuters.com/article/us-column-russell-coal-china-idUSKC-N11W0CO>>
- Sadoff, C. e Grey, D. 2002. 'Beyond the River: The Benefit of Cooperation on International Rivers.' *Water Policy*. Vol. 4, pp. 389-403.
<<https://transboundarywaters.science.oregonstate.edu/sites/transboundarywaters.science.oregonstate.edu/files/Publications/Sadoff%20%26%20Grey%20Beyond%20the%20River%202002.pdf>>
- Sanallkhundev, Bayasgalan. 2021. 'Third Neighbor Policy Concept in Mongolia's Geopolitics.' *The Mongolian Journal of International Affairs*. 22(1), pp. 81-98.
<<https://www.mongoliajol.info/index.php/MJIA/article/view/1774>>
- Santiago de Magalhães, Nuno. 2006. 'Coreia do Norte, Anarquia e Poder Nuclear'. IPRI. <https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/RI10_09NSMagalhaes.pdf>
- Sen, A. 1993. 'Positional Objectivity'. *Philosophy & Public Affairs*, 22(2), 126-145.
<<http://www.jstor.org/stable/2265443>>
- Shuang, Geng. 2017. China's Ministry of Foreign Affairs. Regular Press Conference. Julho 2017. <<http://hk.ocmfa.gov.cn/eng/jbwzlm/zgwjsw/>>
- Tanaka, Toshiro e Inogushi, Takashi. 1996. 'Globalism and Regionalism'. United Nations University. Seminar '96 Shonan Session.
<<https://archive.unu.edu/unupress/globalism.html>>
- Tochkov, Kiril. 2015. 'Regional Integration and Economic Convergence in Northeast Asia: Evidence From the Greater Tumen Initiative'. *Journal of Northeast Asia Development*. pp. 85- 118.
<https://personal.tcu.edu/ktochkov/Tochkov_Tumen_Initiative.pdf>

- Tsuji, Hisako. 2004. 'The Tumen River Area Development Programme: Its History and Current Status as of 2004'. Economic Research Institute for Northeast Asia.
<<https://www.erina.or.jp/wp-content/uploads/2014/09/0404e.pdf> p.10>
- Uyanga, Batzorigt. 2016. 'Understanding the Stunted Progress of the Northeast Asian Regional Cooperation A Case Study on the 'Greater Tumen Initiative' via the 'Greater Mekong Subregion'. Master Thesis. Seoul University. Seoul.
<<https://gsis.snu.ac.kr/webdata/professor/files/7fc084169a24fa8a3775fe865f272824.pdf>>
- United States Department of State. 2021. U.S. 'Relations With Mongolia - United States Department of State'.
<<https://www.state.gov/u-s-relations-with-mongolia/>>
- Wang, Weina. 2012. 'Regional Economic Cooperation in Northeast Asia under the Greater Tumen Initiative'. UNESCAP.
<https://www.unescap.org/sites/default/files/Session3_Wang_Regional_Economic_Cooperation_1.pdf>
- Wong Sue-Lin. 2017. 'For one Chinese city, new 'Silk Road' leaves old problems unsolved'. *Reuters*.
<<https://www.reuters.com/article/us-china-silkroad-northeast-idUKKBN-1852PQ>>
- W. Hughes, Christopher. 2000. 'Tumen River Area Development Programme: Frustrated Micro-Regionalism as a Microcosm of Political Rivalries'. CSGR Working Paper No. 57/00.
<http://wrap.warwick.ac.uk/2068/1/WRAP_Hughes_wp5700.pdf>
- Xu, Bo. 2019. 'China's Foreign Policy in Northeast Asia: Interests and Challenges'. Iowa City Foreign Relations Council (ICFRC).
<<https://www.youtube.com/watch?v=8HSVzoKLXFY>>
- Yang, Yang, Dong, Suocheng, Boldanov, Tamir, Li, Fujia, Hao, Cheng, Liu, Qia, Li, Yu e Li, Zehong. 2021. 'Construction of the Primorsky No. 1 and No. 2 International Transport Corridors: Risk Evaluation and Mitigation Policies'. *Sustainability*. 13. 2120. 10.3390/su13042120.
<https://www.researchgate.net/publication/349369424_Construction_of_the_Primorsky_No_1_and_No_2_International_Transport_Corridors_Risk_Evaluation_and_Mitigation_Policies/citation/download>